



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Justiça Ambiental

**O ódio ao ativismo socioambiental:
Uma análise documental com enfoque psicossocial¹**

Sonia Regina Vargas Mansano²
Paulo Roberto de Carvalho³

Resumo: O estudo objetiva problematizar o ódio declarado aos ativistas socioambientais brasileiros. Partindo da Psicologia Social, analisam-se as iniciativas de proteção à natureza bem como as paixões tristes colocadas em cena pelo ódio aos agentes sociais a elas ligados. Metodologicamente, utilizou-se a análise documental, tendo como unidade de investigação documentos de domínio público retirados de jornais e blogs que anunciam as agressões nas diferentes regiões do país. Ao final, demonstra-se que a elaboração de documentos, assinados por nações diversas, não garante sua efetivação no combate aos sérios problemas socioambientais vigentes, uma vez que processos subjetivos como o ódio, se fazem presentes.

Palavras-chave: ecologia; ódio; psicologia social; resistência.

Abstract: The study objective is to discuss the environmental activists declared hatred. From Social Psychology, it examines the nature protection initiatives as well as the sad passions put into scene by hatred of social agents to them. Methodologically, it was use the documental analysis in public domain documents, taken from newspapers and blogs, which announce the attacks in different regions of the country. At the end of the study, demonstrates that the drafting of documents, signed by various nations, does not guarantee your effectiveness in combating serious environmental problems in force, since subjective processes such as hatred are present.

Keywords: Ecology; hatred; social psychology; resistance.

1. Introdução

A inquietação com a questão ecológica é crescente e atinge diversas nações do planeta, inspirando a realização de eventos nacionais e internacionais no intuito de debater a questão sob os mais diversos ângulos. Com o avanço tecnológico e informacional, as estatísticas sobre a devastação do meio ambiente, divulgadas nos diferentes veículos de

¹ Artigo elaborado no Projeto de Pesquisa “Sustentabilidade, afeto e cidades: uma investigação teórica e documental”, que recebeu suporte financeiro da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná.

² Psicóloga. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, do Programa de Pós-graduação em Administração e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Brasil. Doutora em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: mansano@uel.br

³ Psicólogo. Docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e do Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. Brasil Doutor em Psicologia Clínica pela PUC/SP. E-mail: paulor@uel.br



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

comunicação, demonstram que se algo consistente não for feito imediatamente, e em escala planetária, os maiores bens comuns, responsáveis pela sobrevivência da espécie humana no planeta (como a água, o ar e a terra), estarão condenados em um curto prazo. A insistência dos governos e da iniciativa privada em ignorar esses riscos é algo não apenas insano, como também irresponsável sob o ponto de vista da manutenção da vida e do bem comum.

A noção de bem comum utilizada neste estudo advém dos estudos empreendidos por Hardt e Negri (2016) combinados à perspectiva conceitual da Psicologia Social (Rolnik; Guattari, 1986; Guattari, 1992) que colocam em evidência o quando a dimensão política da existência está desgastada pela organização socioeconômica capitalista que faz da financeirização e do lucro as dimensões soberanas da existência. Os alertas sobre o cenário de devastação da vida se multiplicam em estudos que demonstram a desapropriação de terras e moradias (Sassen, 2012; Rolnik, 2014), a devastação cultural de povos específicos (Castro, 2016), a marginalização e eliminação de populações pela exclusão social e pelo desemprego (Forrester, 1996) e a exploração predatória da natureza (Beck, 2011; Stenger, 2015). Juntamente com essa divulgação, se alastram as práticas de ódio dirigidas aos ecologistas e militantes das causas socioambientais, protagonizadas por uma parte da população interessada em manter altas taxas de lucro a partir da exploração da vida.

Diante desse cenário delicado, buscou-se dar concretude ao argumento que aqui será defendido, dividindo o estudo em dois momentos: primeiro, será realizada uma explanação teórica sobre as práticas dirigidas àqueles agentes sociais que defendem um planeta sustentável em suas mais diferentes dimensões. Em seguida, serão apresentados e analisados documentos de domínio público que relatam as agressões cometidas contra os que combatem a devastação socioecológica no Brasil.

Ao final do estudo, será possível demonstrar que o ódio, como uma paixão triste, repercute no meio social gerando os mais diferentes efeitos. O grande risco, nesse caso, consiste em fazer do ódio uma política de extermínio que, nas palavras de Mbembe (2018), se reverte em uma necropolítica cada vez mais naturalizada, destrutiva e criminosa.

2. Desenvolvimento: O ódio e seus dispositivos

Por meio dos estudos da Psicologia Social é possível constar que qualquer caracterização generalizada sobre um coletivo como, por exemplo, uma nação, é no mínimo perigoso e falacioso à medida que reduz a complexidade da vida à uma identidade (Rolnik,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1995). Esse é o caso da caracterização comumente feita sobre os brasileiros (que vale assinalar envolve um conjunto múltiplo e diversificado de cidadãos e de modos de existência) como pessoas gentis, hospitaleiras e cordiais. Obviamente, uma parte significativa desse coletivo pode ser assim descrita, uma vez que tende a atualizar majoritariamente em seu cotidiano tais características. Mas, o que dizer das estatísticas que colocam o Brasil como um dos países que mais mata homossexuais (Catraca livre, 2017), defensores de índios (El país, 2018a) e ecologistas (Veja, 2018). Onde estariam, nesses casos, as características identitárias acima descritas? Se o conceito de identidade de um povo não se sustenta nessa perspectiva epistemológica, cabe analisar como a diversidade subjetiva se manifesta no problema aqui analisado: o ódio aos ativistas socioambientais. Para isso, buscaremos caracterizar o ódio como uma paixão triste.

Antes, porém, é relevante apresentar uma breve retomada histórica de como a preservação do meio ambiente ganhou importância a partir da segunda metade do século XX, tanto no Brasil como em escala planetária. Evidências dessa preocupação ecológica podem ser encontradas nas conferências nacionais e internacionais sobre o meio ambiente que foram realizadas contando não apenas com a participação de cientistas e ecologistas, como também dos chefes de Estado de diferentes nações do globo. No Quadro 1, é possível visualizar uma síntese das principais conferências e documentos gerados sobre o meio ambiente.

Quadro 1 - Conferências e documentos elaborados sobre o meio ambiente

Conferência	País/Instituição	Ano	Documento Elaborado
Clube de Roma	Itália	1968	Relatório do Clube de Roma, Relatório <i>Meadows</i> ou Limites para o Crescimento
Conferência de Estocolmo	Suécia	1986	Relatório <i>Brundtland</i> ou Relatório Nosso Futuro Comum Programa <i>Global Change</i>
Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) Rio 92	Brasil	1992	Agenda 21 Declaração sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Carta da Terra
Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas	Japão	1997	Protocolo de Kyoto
Síntese de acordos e cúpulas mundiais sobre o meio ambiente ao longo dos anos 90s	Nações Unidas	2000	Oito Objetivos do Milênio
Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10	África do Sul	2002	<i>The Johannesburg Declaration</i>
Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD) O Rio +20	Brasil	2012	
21ª Conferência das Partes (COP21) da UNFCCC (United	França	2015	Acordo de Paris



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Nations Framework Convention on Climate Change)			
Assembleia Geral das Nações Unidas	EUA	2015	Agenda de Desenvolvimento Pós-2015

Fonte: Elaborado pelos autores.

Como é possível constatar no quadro acima, as conferências e eventos realizados tiveram o cuidado de gerar documentos que foram assinados por diversos chefes de Estado, os quais se comprometeram a tomar providências governamentais para colocar em prática, tomando em conta a realidade social e econômica de seus países, políticas relativas a proteção do meio ambiente. Com o passar do tempo, entretanto, foi possível constatar que tais compromissos, em larga medida, não foram cumpridos, fato esse atestado pela situação delicada em que se encontra a natureza na atualidade.

Mas, o que interessa para o contexto deste estudo, além de assinalar os limites dos documentos assinados, é analisar a disseminação do ódio dirigido àqueles que assumem as funções de conhecer, controlar, fiscalizar e denunciar as práticas abusivas de exploração e agressão à natureza e à população. O ódio, aqui compreendido a partir de Deleuze (2002, 2009, 2017), é considerado uma paixão triste. Diz Deleuze: “da tristeza nasce um desejo que é o ódio. Esse desejo se encadeia com outros desejos, outras paixões: antipatia, escárnio, desprezo, inveja, cólera” (Deleuze, 2017, p. 268). O ódio, bem como seus desdobramentos, são notáveis quando analisamos a reação dos setores conservadores da sociedade brasileira frente as práticas dos ativistas socioambientais.

Cabe considerar que esta paixão triste atua à medida que separa os sujeitos de sua potência vital, condenando-os ao ressentimento e à práticas destrutivas dirigidas contra si, contra a coletividade e, como se argumenta neste estudo, contra a natureza. Deleuze (2009, p. 9), remetendo-se à Espinosa, afirma que “inspirar as paixões tristes é necessário ao exercício do poder”. Isso porque um coletivo tomado pelo ódio, que foi disseminado pelos governantes, torna-se capaz de atos agressivos contra si, o outro e a natureza sem abrir espaço para uma análise crítica dos efeitos de suas práticas. E, o mais grave, sem ter a possibilidade de reconhecer seus atos como odiosos e perigosos. Assim, suas ações são amplamente justificadas por uma existência ancorada em valores ligados à segurança pessoal e à propriedade privada. Nessa ótica, atos de crueldade e intolerância são socialmente aceitos desde que convirjam para o acúmulo de bens, propriedades e dinheiro.

Nesse sentido, são colocados em cena três diferentes “espécies de personagem: o homem das paixões tristes; o homem que explora essas paixões tristes; enfim, o homem que se entristece com a condição humana e as paixões do homem em geral” (Deleuze,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2002, p. 31) operacionalizados no cotidiano das relações sociais. O interesse em dirigir o ódio coletivo para um conjunto específico de agentes sociais evidencia a marca capitalista que ora rege nossa sociedade. Diz Deleuze (2017, p. 271): “Parece que estamos determinados a lutar muito, odiar muito, e a experimentar somente alegrias parciais ou indiretas, que não bastam para romper o encadeamento de nossas tristezas e ódios”.

Associada a uma exploração predatória, que faz uma leitura antropomórfica e narcisista da natureza (sob esse ponto de vista concebida como uma fonte inesgotável de recursos sempre pronta a ser explorada pelos humanos), governos, empresários e parte da população seguem sua trajetória de destruição sistemática daquilo que deveria ser um bem comum e acessível à toda população: a água, o ar e a terra, mas também a cultura, o conhecimento e a solidariedade (Hardt; Negri, 2016). O ódio aos ativistas das causas socioambientais passa por cima de qualquer dado científico sobre os limites dos recursos naturais, dando contornos a uma política governamental predadora e criminosa. Nas palavras de Mbembe (2018), vai-se desenhando aos poucos uma necropolítica ou, dito de outra maneira, uma política da morte, capaz de devastar a vida em suas mais diferentes expressões. É nessa perspectiva que passamos à segunda parte deste estudo que dará visibilidade à existências que foram exterminadas por defenderem o planeta e a vida.

3 Percorso metodológico

Antes de expor os resultados parciais desta pesquisa, cabe fazer uma breve consideração sobre a estratégia metodológica utilizada. A unidade de análise delimitada para este estudo envolveu quatro agentes sociais que dedicaram sua existência à defesa da vida em suas mais diferentes dimensões: ambiental, territorial, social e cultural. Para isso, partimos da concepção ampliada de ecologia que envolve não apenas a natureza, mas também a vida qualificada da população que, para Guattari (1997, p. 33), demanda uma “reconstrução das relações sociais em todos os níveis”.

Os casos aqui analisados foram selecionados em documentos de domínio público (jornais e blogs) que noticiaram a morte de pessoas conectadas às causas socioambientais. Os documentos de domínio público são considerados fontes legítimas de coleta de dados uma vez que, além de noticiarem e esclarecem a população sobre fatos ocorridos, são amplamente lidos e acessados, ganhando uma importância social (CELLARD, 2008). As histórias de vida selecionadas para análise envolveram quatro ativistas que são descritos no Quadro 2:



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Quadro 2 – Sujeitos da Pesquisa

Agente	Atividade	Tipo de Morte	Documento analisado
Chico Mendes	Ambientalista da Amazônia	Assassinato à bala a mando de fazendeiros	Jornal Brasil de Fato, 2018.
Marielle Franco	Vereadora da cidade do Rio de Janeiro	Assassinato à bala ainda não concluído	El País, 2018b.
Moa do Katendê	Ativista baiano da cultura negra	Assassinato à facadas por um cidadão comum	Jornal Grande Bahia, 2018.
Oziel Gabriel	Índigena da Tribo Terena – Mato Grosso do Sul	Assassinato à bala por policiais federais	Carta Capital, 2016.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os jornais e as reportagens foram selecionados de acordo com a qualidade das informações que relatavam a vida, a morte e o legado de cada sujeito. Os casos apresentados foram analisados a partir das noções de paixões tristes, especificamente o ódio, violência social e necropolítica.

4 Análise documental

Francisco Alves Mendes Filho, conhecido mundialmente como Chico Mendes, foi um ativista ambiental que lutou para impedir o desmatamento e defender as populações de seringueiros na região Amazônica. Foi assassinado em 1988, em sua casa, a mando de fazendeiros. A luta por ele empreendida ganhou notoriedade mundial após sua morte brutal. Mesmo tendo comunicado à polícia as ameaças que recebia, não teve qualquer tipo de proteção do Estado. Fato compreensível, sob o ponto de vista dos interesses econômicos da região, uma vez que Chico Mendes usava como estratégia de luta a denúncia pública de desmatamentos e explorações ilegais. Durante décadas, lutou pela criação de reservas protegidas para extrativistas e indígenas, por meio das quais seria possível garantir sua sobrevivência (Brasil de Fato, 2018). Em 2007, foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) que é responsável pela gestão das denominadas Unidades de Conservação (UCs) em todo território nacional. Recentemente, o legado de Chico Mendes foi questionado e amplamente criticado pelo atual governo brasileiro e seus apoiadores, evidenciando que o ódio pelo ativista e por suas práticas de defesa da natureza, dos povos e da cultura locais permanece ativo. O ódio, nesse caso, desdobra-se em interesses econômicos que continuam a investir a exploração predatória de recursos naturais em humanos.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Em outra esfera de ativismo socioambiental, destaca-se o nome de Marielle Franco, que militava pela causa LGBT e pela defesa dos direitos humanos no estado do Rio de Janeiro. Com sua trajetória política como vereadora naquela cidade, Marielle acumulou uma série de desafetos que culminou com sua execução, juntamente com a de seu motorista Anderson Pedro Mathias Gomes. Ela foi morta em uma emboscada com três tiros certos na cabeça em março de 2018. Até o momento, não foi apresentada uma versão consistente para o caso, o que demonstra a funcionalidade governamental de manter os procedimentos jurídicos em uma velocidade lenta. O que chama a atenção, nesse caso mais recente, é a quantidade de notícias falsas sobre Marielle que circularam nas redes digitais logo após seu assassinato (El País, 2018b). O ódio, nesse caso, não se restringir aos executores e mandantes, mas também a uma parcela significativa da população que nutre esta paixão triste por aqueles que defendem os direitos sociais de vulneráveis e de minorias. Aqui, novamente, as características identitárias de gentileza e cordialidade são postas à prova, dividindo espaço com atos de violência que advém tanto dos executores, quanto da morosidade das investigações.

Também em 2018, foi assassinado em uma briga banal de bar, o ativista da cultura negra, Moa do Katendê. Morador da cidade de Salvador e reconhecido como um dos maiores mestres de capoeira daquele estado, Moa defendia a cultura negra e baiana (Jornal Grande Bahia, 2018). O requinte de crueldade dessa morte é notável. Moa foi assassinado com doze facadas efetuadas pelas costas por um assassino confesso que se declarou eleitor e apoiador do atual presidente do Brasil. O reconhecimento da violência e da importância irreparável daquela perda para o estado da Bahia foi feito por diferentes artistas e teve repercussão internacional. Juntamente com outros crimes, o assassinato de Moa logo após a divulgação do resultado das eleições presidenciais, mostra o quanto o ódio operacionalizado por uma campanha eleitoral é capaz de ser disseminado entre cidadãos anônimos, fazendo vítimas fatais.

O caso de Oziel Gabriel, indígena da Tribo Terena, localizada em Mato Grosso do Sul, mostra outra face da necropolítica em vigor no território brasileiro. Oziel, que participava de uma ocupação de terras, foi morto a tiro disparado por um policial federal não identificado (uma vez que a munição nunca foi encontrada) em uma operação de reintegração de posse na cidade de Sidrolândia. Na mesma operação, sete indígenas foram feridos sem maior gravidade. Após três anos de investigação, o Ministério Público decidiu pelo arquivamento do inquérito por falta de provas, tendo de admitir, entretanto, os problemas graves presentes



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

na operação. Segundo o próprio Ministério Público: “A operação policial foi fracassada, com vários erros” (Carta Capital, 2016). O que chama a atenção em casos de intervenções sobre grupos, como este que se repetem em nosso país, é a inabilidade da instituição de segurança pública em comandar e executar operações que não culminem em mortes e, principalmente, a dificuldade de apurar os responsáveis por falta de provas, o que força o arquivamento dos inquéritos. Sem possibilidade de levar adiante um processo jurídico, essa população fica à mercê do Estado que assume uma dupla função que pode ser considerada, no mínimo, paradoxal: atacá-la, para proteger a propriedade privada de alguns e, ao mesmo tempo, protegê-la contra ações violentas de outros. Quem deve ganhar maior proteção, nesse tipo de situação, também envolve uma decisão política.

Os quatro casos aqui apresentados mostram o quanto as práticas de ódio podem assumir diferentes facetas, sendo protagonizadas de diferentes maneiras: por sujeitos isolados, por instituições e/ou por coletivos que, apesar de não executarem o ato de matar, apoiam os que o fazem, disseminando em redes sociais sua adesão irrestrita a uma necropolítica de ódio.

Considerações Finais

Protagonizar ações militantes de proteção da vida e da natureza no Brasil tornou-se uma prática amplamente perigosa desde a segunda metade do século XX. O que deveria ser um mérito, respeitado e amplamente reconhecido pela população, reverteu-se em seu contrário, o ódio, que é amplamente praticado em nome do “bem”. Com isso, o assassinato de militantes e ativistas coloca o Brasil na liderança de uma grave estatística de extermínio que, em alguma medida, conta com o apoio governamental colocado em ação pela impunidade ou morosidade em apurar legalmente os fatos (Mbembe, 2018).

O ódio, como um componente de subjetivação instrumentalizado em uma sociedade organizada social e economicamente pelo capitalismo financeiro, é estimulado no cotidiano das relações sociais pelo descaso para com o bem comum, pela indiferença para com as vidas mais vulneráveis e pela inacessibilidade de uma classe socioeconômica aos bens imateriais como conhecimento e cultura. O problema a ser enfrentado é que o ódio coletivo e compartilhado encontra-se, em larga medida, camuflado e escondido nas generalizações positivas, falaciosas e identitárias sobre o brasileiro, fato que inviabiliza uma análise concreta e crítica do quanto ele se faz presente nas relações microssociais cotidianas,



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

assumindo a forma de preconceito, desrespeito, intolerância e agressão (simbólica ou física) às diferenças que marcam nosso povo.

Se amparados pela Psicologia Social fizemos a crítica à noção de identidade que caracteriza e generaliza os brasileiros como povo gentil, hospitaleiro e cordial, não cabe, agora, simplesmente caracterizá-lo em seu contrário, como assassino, o que também seria um engano conceitualmente grosseiro. Na complexidade da produção subjetiva que circula em um tempo histórico, existem componentes de subjetivação que acionam as mais diferentes paixões e ações, sendo o ódio um dentre tantos outros elementos.

O desafio colocado pela Psicologia Social está em compreender as nuances desse ódio para, a partir disso, construir espaços e redes de convivência nos quais conexões e contatos potencializadores com a diferença superem as paixões tristes, fazendo da solidariedade e da valorização do bem comum aspectos reconhecidos e valorizados pelo coletivo. Diante das estatísticas que denunciam as mortes de ativistas no cenário brasileiro, ainda há muito o que fazer. Ainda mais em um tempo histórico marcado pelo individualismo e pela competitividade que são os maiores despotencializadores da vida. Mas, não seria precisamente isso que torna o convite à resistência algo ainda mais atrativo e desafiador?

REFERÊNCIAS

Beck, U. **Sociedade de Risco**: Rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

Brasil é, de longe, o país mais perigoso para os defensores dos direitos indígenas. **El país**, 2018a. Retirado de https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/09/actualidad/1533829654_463251.html. Em 05/03/2019.

Brasil é o país que mais mata ambientalistas no mundo, diz ONG. **Veja**, 2018. Retirado de <https://veja.abril.com.br/brasil/brasil-e-o-pais-que-mais-mata-ambientalistas-no-mundo-diz-ong/>. Em 05/03/2019.

Brasil é o país que mais mata LGBT no mundo. **Catraca Livre**, 2017. Retirado de: <https://catracalivre.com.br/cidadania/brasil-mais-mata-lgbts-1-cada-19-horas/>. Em 05/03/2019.

Castro, E. V. **Metafísicas canibais**. São Paulo: Edições N – 1, 2015.

Cellard, A. Análise documental. In: Poupart, J. (org). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008.



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Chico Mendes, a voz que não cala. Brasil de Fato, 2018. Retirado de:
<https://www.brasildefato.com.br/2018/12/21/especial-or-chico-mendes-a-voz-que-nao-cala/>.

Em 03/05/2019.

Deleuze, G. **Espinosa**: filosofia prática. São Paulo: Escuta, 2002.

Deleuze, G. **Espinosa e o problema da expressão**. São Paulo: Editora 34, 2017.

Deleuze, G. **Curso sobre Espinosa** (Vincennes, 1978-1981). Fortaleza: EdUECE, 2009.

Em respeito a Marielle Franco... **El país**, 2018b. Retirado de:
https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/politica/1521136530_500184.html Em 05/03/2019.

Forrester, V. **O Horror econômico**. São Paulo: Ed. Unesp. 1996.

Guattari, F. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1997.

Guattari, F.; Rolnik, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996

Hardt, M.; Negri, A. **Bem estar comum**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

Mbembe, A. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: Edições N-1, 2018.

Moa do Katendê: os minutos que antecederam o assassinato do mestre de capoeira esfaqueado após discussão política. **Jornal Grande Bahia**, 2018. Retirado de:
<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2018/10/moa-do-katende-os-minutos-que-antecederam-o-assassinato-de-mestre-de-capoeira-esfaqueado-apos-discussao-politica/>.

Em 03/05/2019.

Polícia Federal matou indígena Oziel Gabriel... **Carta Capital**, 2016. Retirado de:
<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-federal-matou-indigena-oziel-gabriel-conclui-o-mpf/>. Em 05/03/2019.

Rolnik, R. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

Sassen, S. **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Stengers, I. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosac Naif, 2015.